



RESOLUÇÃO Nº 002/2016/TCM-PA, de 28 de janeiro de 2016.

EMENTA: APROVA O MANUAL DENOMINADO "CONTAS PÚBLICAS E OUTROS PROCEDIMENTOS NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO: ORIENTAÇÃO AOS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS".

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais e legais; e,

CONSIDERANDO a missão institucional do TCM-PA de garantir o controle externo, inclusive por meio de orientação pedagógica aos jurisdicionados, de caráter preventivo, com o objetivo de promover a eficiência na Administração Pública Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Manual denominado "Contas Públicas e outros procedimentos no último ano de mandato: Orientação aos Gestores Públicos Municipais", anexo a esta Resolução, dela sendo parte integrante.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 28 de janeiro de 2016.


Conselheiro **CEZAR COLARES**
Presidente


Conselheiro **SÉRGIO LEÃO**
Vice-Presidente


Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**
Corregedor


Conselheira **MARA LÚCIA**
Ouvidora

Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**

Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**


Conselheiro **ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**



ANEXO

CONTAS PÚBLICAS E OUTROS PROCEDIMENTOS NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO: ORIENTAÇÃO AOS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM-PA, em cumprimento à precípua função pedagógica, exercida perante os Municípios sob sua jurisdição, bem como atenta às diversas dificuldades e problemáticas enfrentadas no último ano de mandato, pelos prefeitos, vereadores e demais ordenadores responsáveis junto às unidades orçamentárias constituídas no âmbito municipal, aprova o presente Manual de Orientação Técnica sobre os procedimentos a serem adotados no último ano de mandato, para amplo conhecimento dos gestores públicos municipais do Estado do Pará, bem como de toda a sociedade civil, no exercício do controle social.

Os pontos basilares da vertente orientação técnica estão fundamentados na disciplina contida, essencialmente, na Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; nas vedações legais pertinentes às ações, em ano eleitoral, definidas pela Lei nº 9.504/1997; e nas previsões de caráter constitucional e normativa deste TCM-PA quanto à necessidade de produção legislativa vinculada à remuneração de agentes políticos.

Ressalta-se que os encerramentos de exercícios, destacadamente àquele vinculado ao último ano de mandato dos prefeitos municipais e da legislatura, dos presidentes de câmara municipal, trazem consigo uma série de providências que exigem maior atenção dos ordenadores responsáveis, as quais se buscou assentar na presente orientação técnica, resguardando-se, por oportuno, o equilíbrio das contas públicas e, ainda, o respeito à igualdade de condições para os candidatos que pleiteiam cargos eletivos, na vindoura eleição municipal.

Cabe-nos assentar que a orientação técnica em questão não pretende esvaziar a matéria, tão pouco pretende substituir o controle interno da própria administração pública municipal, no conhecimento e assunção das obrigações legais a que estão submetidas, trazendo, contudo, a necessária reflexão dos agentes políticos envolvidos.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO

1. DESPESAS COM PESSOAL

• **REGRA GERAL**

O primeiro ponto de controle a ser verificado está centrado na realização de despesas com pessoal, conforme limites consignados na LRF, onde estão estabelecidos os percentuais de despesas, desta natureza, de maneira individualizada, para o Poder Legislativo e Executivo, apurado ao final de cada exercício.

Assim, conforme imperativo constante dos artigos 19 e 20, da LC nº 101/2000, a despesa com pessoal, ao final de cada exercício fiscal, não poderá exceder os seguintes limites:

Referência	Limite Prudencial	Limite Máximo
EXECUTIVO	51,3%	54%
LEGISLATIVO	5,7%	6%
TOTAL	57%	60%

O limite prudencial, fixado na norma legal em questão (art. 22, da LRF), estabelece claras restrições ao gestor público, destacadamente:

- Vedação à concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
- Impossibilidade de criação de cargo, emprego ou função, bem como qualquer alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- Vedação ao provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- Impossibilidade de contratação de hora extra, ou demais benefícios correlatos, salvo nas situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Considerando as restrições impostas pela LRF, destaca-se do texto legal, a obrigatoriedade de adoção das seguintes ações administrativas:

- 1ª MEDIDA: Imediata redução em, pelo menos, 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, podendo ser alcançado pela extinção de cargos e funções;
- 2ª MEDIDA: Autorização para a exoneração dos servidores não estáveis;
- 3ª MEDIDA: Possibilidade de o servidor estável perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal, se as medidas adotadas anteriormente não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação de eliminação do excedente.

[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

• **ÚLTIMO ANO DE MANDATO**

Com especial ênfase no último ano de mandato, estabelece o parágrafo único, do art. 21, da LRF, expressa vedação ao aumento de despesas com pessoal, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias que antecedem a conclusão deste exercício. Portanto, no período de 05/07 e 31/12 os prefeitos e presidentes de câmaras não poderão aumentar os gastos com pessoal dos Poderes Legislativo e Executivo, sendo considerados nulos de pleno direito os atos que resultarem em acréscimo, de qualquer natureza.

Esta proibição é aplicável a todos os administradores públicos, independentemente de estarem submetidos ao processo eleitoral do exercício (caso de reeleição), uma vez que a legislação pretende coibir:

- a) O favorecimento intencional a servidores, por meio de crescimento de gastos com pessoal, com substrato em prática eleitoral vedada (uso abusivo do poder político);
- b) O comprometimento dos orçamentos futuros e a respectiva inviabilização na administração dos novos gestores.

• **EXCEÇÕES**

Não se aplica ao conceito de aumento de despesas com pessoal os aumentos originários de vantagens pessoais a que os servidores públicos municipais possam ter direito, no que se refere, exemplificativamente:

- a) Não alcança os aumentos originários de vantagens pessoais, tais como a progressão na carreira, com previsão legal; anuênios; triênios; quinquênios e salário-família;
- b) Não veda o abono concedido aos profissionais do ensino básico para que se atenda à Emenda Constitucional nº 53/2007, que destina 60% do FUNDEB para os profissionais da educação básica;
- c) Não impede a nomeação de servidores públicos em concurso público, desde que homologado antes do período de vedação eleitoral;
- d) Não impede a concessão de revisão salarial geral anual aos servidores públicos, prevista no inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, desde que a lei seja editada antes de 5 de julho, que haja dotação orçamentária específica, dispositivo que conste na LDO e declaração do ordenador de despesa, conforme art. 16, I, da LRF.

• **PENALIDADES**

O descumprimento da normal legal em questão repercute na possibilidade de penalidades de ordem administrativa e de natureza criminal, sob responsabilidade pessoal do gestor responsável pelo aumento de despesas.

No âmbito administrativo, o imperativo constante do parágrafo único, do art. 21, da LRF, é ponto de controle específico do último ano de mandato, no momento do julgamento das correlatas prestações de contas, podendo resultar na reprovação da prestação de contas do presidente da câmara municipal ou na emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas de governo, do prefeito municipal, a teor do previsto no art. 32, da Lei Complementar nº 084/2012 c/c art. 233, do RITCM-PA.

[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

A LRF estabelece penalidade ainda mais gravosa para o gestor que descumpre qualquer dos comandos fixados no art. 21: reclusão, de 1 a 4 anos, conforme fixado no art. 359-G, do Código Penal Brasileiro.

2. VEDAÇÃO ÀS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Operações de Crédito são obrigações contraídas pelo ente público para cobrir deficiência financeira ou realizar investimentos. Classificam-se, segundo a Lei nº 4.320, de 1964 e a Lei Complementar nº 101/2000, em de curto prazo (de até 12 meses), que integram a dívida flutuante, como as operações de ARO, e de médio ou longo prazo (acima de 12 meses), as quais compõem a dívida fundada ou a dívida consolidada.

2.1. Vedações às Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária – ARO:

- **REGRA GERAL**

Durante o curso do mandato são ofertadas aos gestores municipais, em especial, ao Chefe do Executivo Municipal, as operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), onde o setor financeiro - bancos públicos e privados, realizam empréstimos lastreados em receitas tributárias futuras, decorrentes de receitas tributárias esperadas (ISSQN, IPTU, etc), para além de outros créditos esperados (v.g. Receitas de Royalties).

- **ÚLTIMO ANO DE MANDATO**

Com semelhante objetivo de evitar o comprometimento da administração subsequente, o art. 38, inciso IV, alínea "b", da LRF, estabelece expressa vedação a essas operações de crédito.

2.2. Vedações às Operações de Crédito:

- **REGRA GERAL**

Outra forma de entrada de recursos aos cofres públicos, com interesses variados, e que constituem obrigações futuras, são as operações de crédito assumidas em razão de mútuo, de abertura de crédito, da emissão e aceite de títulos, financiamento de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros. Equipara-se à operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas, (inciso III e § 1ª do artigo 29 da LRF).

- **ÚLTIMO ANO DE MANDATO**

Essas operações de crédito, caracterizadas como receitas de capital, não poderão ser contratadas nos últimos 120 (cento e vinte) dias de mandato, ou seja, no período de 03/09 e 31/12, segundo prevê a Resolução nº 32/2006, do Senado Federal, que alterou a Resolução nº 43/2001.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

• **EXCEÇÕES**

A Resolução nº 32/2006, do Senado Federal, manteve as seguintes exceções:

- a) O refinanciamento da dívida mobiliária (Incluído pela Resolução nº 40, de 2006-Senado);
- b) As operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou pelo Ministério da Fazenda, em nome do Senado Federal, no âmbito da Resolução, até 120 (cento e vinte) dias antes do final do mandato do Chefe do Poder Executivo (Incluído pela Resolução nº 40, de 2006-Senado);
- c) As operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, autorizadas pelo CMN (Incluído pela Resolução nº 45, de 2010).

• **PENALIDADES**

O descumprimento da normal legal em questão repercute na possibilidade de penalidades, através de restrições institucionais e sanções de natureza administrativa e criminal, sob responsabilidade pessoal do gestor responsável e do agente que der causa a contratação de operação de crédito em expressa afronta à limitação legal estabelecida.

As restrições aos Municípios são a proibição de receber transferências voluntárias, exceto relativas a ações de educação, saúde e assistência social e a obtenção de garantia e a contratação operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e redução de despesa com pessoal.

No âmbito administrativo, o Prefeito Municipal estará sujeito a perda do cargo e inabilitação por 5 anos (Dec. Lei nº 201, art. 1º, inciso XVII); além de ter suas contas de governo com parecer prévio desfavorável, a teor do previsto no art. 32, da Lei Complementar nº 084/2012 c/c art. 233, do RITCM-PA. E, para qualquer outro agente público serão as penalidades do artigo 12, inciso II da Lei 8.429/91, ou seja, o ressarcimento integral do dano, a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos de 05 (cinco) a 08 (oito) anos, pagamento de multa civil de até 02 (duas) vezes o valor do dano e não poderá contratar com o Poder Público ou receber benefício ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Na esfera penal, o Gestor Municipal estará sujeito a detenção de 3 meses a 3 anos, conforme Decreto-Lei 201, artigo 1º, inciso XVII e para o agente que der causa, reclusão de 1 a 2 anos, conforme fixado no art. 359-A, do Código Penal Brasileiro.

No âmbito deste TCM-PA, o descumprimento do imperativo legal incide na emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas de governo, do prefeito municipal, a teor do previsto no art. 32, da Lei Complementar nº 084/2012 c/c art. 233, do RITCM-PA.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

3. LIMITES PARA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

• REGRA GERAL

Conforme estabelecido no §1º, do art. 1º, da LRF, a regra geral que informa todos os exercícios, impõe a necessidade de equilíbrio nas contas públicas, de tal sorte que somente devem ser inscritos em restos a pagar as despesas para as quais haja disponibilidade de caixa.

A transgressão a esta regra vem impondo, ordinariamente, aos gestores em geral, a aplicação de ressalva e multa nas prestações de contas anuais.

• ÚLTIMO ANO DE MANDATO

Conforme estabelecido no art. 42, *caput*, da LRF, é vedado ao titular de Poder ou órgão contrair despesas nos últimos 08 (oito) meses do último ano de mandato, ou seja, no período de 01/05 a 31/12, que não possam ser cumpridas de forma integral dentro do exercício financeiro, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja disponibilidade de caixa para este efeito.

Ressalte-se que as despesas e encargos compromissados a pagar, até o final do exercício, são utilizados para a determinação da disponibilidade de caixa, conforme previsto no parágrafo único, do art. 42, *caput*, da LRF.

Esta vedação é ampla, vinculando os titulares dos Poderes Executivo (administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes), bem como do Poder Legislativo Municipal.

• EXCEÇÕES

A vedação do art. 42, da LRF, não atinge o empenho de despesas contraídas antes dos 08 (oito) meses finais, do exercício de último ano de mandato, mas sim o reconhecimento de novos compromissos, por meio de contratos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, sem que haja disponibilidade de caixa para o respectivo pagamento.

A apuração da disponibilidade financeira deverá levar em conta o saldo existente em 30/04, considerando-se o fluxo de caixa, em que são levados em consideração os valores a ingressar nos cofres públicos, bem como os encargos e as despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Recursos com vinculação específica, como os provenientes de convênios, FUNDEB e reservas previdenciárias, não devem ser considerados disponíveis para pagamento de despesas de natureza diversa.

É necessário o pagamento ou a existência de disponibilidade financeira, suficiente para o cumprimento das parcelas empenhadas e liquidadas no exercício, contraídas nos últimos 08 (oito) meses, e as parcelas a serem liquidadas, se for o caso, devem ser pagas com recursos consignados nos orçamentos respectivos.

O cancelamento de restos a pagar liquidados e processados é ilegal, salvo em situações excepcionais, em que o objeto da obrigação deixa de existir ou é devolvido, abrindo-se a possibilidade de um estorno da obrigação, com a devida comprovação.

É ilegal o cancelamento/anulação de empenhos de despesas liquidadas.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Apesar da exigência se referir apenas aos últimos 8 (oito) meses do final de mandato, a regra deve ser observada em todos os exercícios para que não haja atropelos e contrariedade à ordem cronológica de pagamentos estabelecida no art. 5º, da Lei nº 8.666/93, ou seja, não se deve priorizar as obrigações assumidas nesse período em detrimento das anteriores.

Outro aspecto a ser notado é que o gestor, ao assumir uma obrigação de despesa, faça a verificação prévia da disponibilidade financeira para pagamento, que poderá ser apurada por meio de um fluxo de caixa, segundo estabelece a 4ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – Relatório de Gestão Fiscal, atualizado pela Portaria STN nº 407/2011:

"Ao assumir uma obrigação de despesa através de contrato, convênio, acordo, ajuste ou qualquer outra forma de contratação no seu último ano de mandato, o gestor deve verificar previamente se poderá pagá-la, valendo-se de um fluxo de caixa que levará em consideração os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício" e não apenas nos dois últimos quadrimestres.

De acordo com o art. 42, da LRF, as despesas decorrentes de obrigações contraídas nos últimos 02 (dois) quadrimestres, deverão ser pagas até o final do ano ou, se for o caso, ser pagas no ano seguinte com recursos provisionados no ano anterior. Da previsão legal em questão, destacam-se as seguintes considerações:

- a) As despesas dos contratos plurianuais serão inscritas segundo a competência do exercício financeiro;
- b) Para que se enquadre na exigência não basta contrair a obrigação das despesas, é necessário observar a competência da mesma, conforme art. 50, inciso II da LRF, em que a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência. Exemplo se tem com o pagamento da folha de pagamento do mês de dezembro que pode ser feito em janeiro do outro ano, entretanto, deve se deixar dinheiro para isso;
- c) Para efeitos desse artigo, o Poder ou órgão será responsabilizado individualmente;
- d) O mandato independe do período eletivo, ou seja, o Presidente da Câmara Municipal, ao final de sua gestão, estará obrigado ao dispositivo;
- e) Independe, também, se ocorrer a reeleição do Prefeito ou Presidente da Câmara.

• **PENALIDADES**

Em caso de descumprimento do parágrafo único, do art. 42, caput, da LRF, a pena estabelecida pela Lei Federal 10.028/2000 é a reclusão de 1 a 4 anos, prevista no art. 359-C do Código Penal Brasileiro.

No âmbito deste TCM-PA, o descumprimento do imperativo legal incide na emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas de governo, do prefeito municipal, a teor do previsto no art. 32, da Lei Complementar nº 084/2012 c/c art. 233, do RITCM-PA.

Assinaturas manuscritas:
Assinatura: [assinatura]
Assinatura: [assinatura]
Assinatura: [assinatura]



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

4. ATENÇÃO ESPECIAL NAS ÁREAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

• REGRA GERAL

Merece especial atenção dos gestores municipais, as áreas de saúde e educação, quando verificada a necessidade de cumprimento dos limites mínimos com a aplicação nestes setores, conforme previsão na EC nº 29/2000 (Saúde), para além do art. 212, da CF/88 e art. 60, XII, do ADCT (Educação).

É de extrema importância a devida inscrição dos valores em Restos a Pagar e se faz necessário o acompanhamento pelos responsáveis durante o exercício, pois os Restos a Pagar poderão interferir no alcance dos limites da saúde e da educação, visto que o excesso dos mesmos deverá ser cancelado. Assim, a administração deve se certificar da obrigação assumida, pois os cancelamentos futuros prejudicam duas vezes as demonstrações:

- a) Durante a contabilização da despesa, impactando na dívida consolidada líquida, resultado primário e disponibilidade de caixa;
- b) Para o exercício subsequente, caso sejam cancelados os Restos a Pagar, impactando nos limites de saúde e educação e evidenciando a má gestão dos recursos públicos no Relatório de Restos a Pagar.

Tal ressalva é relevante, quando se verifica que para a aferição do cumprimento de tais percentuais os montantes inscritos em Restos a Pagar somente serão considerados quando houver disponibilidade financeira, na correlata unidade orçamentária, que dê suporte para liquidação de tais despesas, no exercício subsequente.

Note-se que este é ponto de controle específico, junto às prestações de contas, dos Fundos de Saúde e Educação, FUNDEB e, ainda, na prestação de contas de governo da Prefeitura Municipal, cujo descumprimento incidirá na emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas de governo, do prefeito municipal, a teor do previsto no art. 32, da Lei Complementar nº 084/2012 c/c art. 233, do RITCM-PA.

VEDAÇÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES LEGAIS, VINCULADAS AO PROCESSO ELEITORAL

Preliminarmente, destaca-se a competência da Justiça Eleitoral para fixação das regras, calendários e fiscalização das condutas vedadas aos agentes públicos, durante o ano eleitoral, salvaguardadas as competências deste TCM-PA, a teor do art. 11, §5º, da Lei das Eleições c/c art. 1º, inc. I, alínea "g", da Lei Complementar nº 64/90, com a redação dada pela Lei Complementar nº 135/2010, contudo, observado o caráter pedagógico e de orientação aos jurisdicionados, colecionamos, com base na vigente legislação eleitoral e nas orientações expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral¹, as principais vedações aplicáveis à matéria.

1. DESPESAS COM PESSOAL

¹ Constituição Federal; Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições), com as alterações da Lei nº 12.034/2009; Código Eleitoral Brasileiro; Lei nº 13.165/15 (Reforma Política); Calendário Eleitoral/2016 (TSE); Resolução nº 23.457/2015 – TSE.

[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

• **REGRA GERAL**

De acordo com a Lei nº 9.504/97, conhecida como Lei Eleitoral, é expressamente vedado aos gestores, no âmbito federativo do pleito eleitoral, a partir dos 03 (três) meses que antecedem a eleição, até a posse dos eleitos: nomear, contratar, ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional.

• **EXCEÇÕES**

A regra acima indicada comporta as seguintes exceções:

- a) Nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;
- b) Nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;
- c) Nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;
- d) Nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;
- e) Transferência ou remoção *ex officio* de militares, policiais civis e de agentes penitenciários.

Pelo TSE, o disposto acima não proíbe a realização de concursos públicos, mas somente a nomeação de servidor. Nesse caso, a data limite para a posse dos novos servidores ocorrerá no prazo de 30 dias contados da publicação do ato de provimento, desde que o concurso tenha sido homologado até três meses antes do pleito (Res. TSE nº 21.806, de 2009, Rel. Min. Arnaldo Versiani).

A proibição é restrita a circunscrição do pleito. Os atos acima relacionados são proibidos e se praticados são nulos de pleno direito. Essa nulidade é para ambas as partes, tanto para a administração quanto para o servidor. Impedindo-se assim os dois grandes casos de vedação que é a contratação e a dispensa.

Com o mesmo fundamento, a vedação quanto à remoção, transferência ou exoneração de servidor público, *ex officio*, na circunscrição do pleito nos 03 (três) meses que antecederem o pleito até a posse dos eleitos, ressalvadas as hipóteses das alíneas "a" a "e", do inciso V do art. 73 da Lei nº 9.504/97.

• **PENALIDADES**

Caso seja violado o pressuposto acima, haverá a suspensão imediata da conduta, sujeição dos responsáveis à multa e cassação do registro do candidato ou do diploma do eleito que tenha sido beneficiado (inciso V, c/c §§ 4º e 5º do art. 73 da Lei nº 9.504/97).

Especial atenção se impõe à vedação de fazer, na circunscrição do pleito eleitoral, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, nos 180 (cento e oitenta) dias antes das eleições até a posse dos eleitos.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

A aprovação de projeto de lei que tiver sido encaminhado à Câmara Municipal antes do período dos 180 (cento e oitenta) dias não está vedada, desde que se restrinja à mera composição do poder aquisitivo no ano eleitoral.

Atente-se que a proposta de reestruturação de carreira de servidores não se confunde com revisão geral de remuneração e, portanto, não encontra obstáculo na proibição, conforme consignado pelo TSE, nos termos das Resoluções nº 21.296, de 12/11/2002, e nº 21.054, de 02/04/2002). Tal conduta é penalizada com as mesmas sanções impostas para as demais transgressões indicadas, nos termos do inciso VIII c/c §§ 4º e 5º do art. 73 da Lei nº 9.504/97.

É também proibido ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta ou usar de seus serviços para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado e/ou de férias. Ocorrerá a suspensão imediata da conduta e sujeição dos responsáveis a multa e cassação do registro do candidato ou do diploma do eleito que tenha se beneficiado, agente público ou não (Inciso III c/c §§ 4º e 5º do art. 73 da Lei nº 9.504/07).

2. UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

• REGRA GERAL

É vedado o uso de bens móveis e imóveis da administração pública municipal, no caso, em benefício de qualquer candidato, partido político ou coligação, ressalvada a realização de convenção partidária.

• EXCEÇÕES

Excetua-se dessa proibição, o uso em campanha, pelos candidatos à reeleição de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, de suas residências oficiais para reuniões, encontros e contatos políticos relacionados com a própria campanha, desde que não tenham caráter eleitoral e nem sejam transformados em atos públicos (§2º, do art. 73, Lei nº 9.504/97).

Ressalte-se que somente o candidato à reeleição de Presidente da República poderá fazer uso de transporte oficial e, ainda assim, mediante o ressarcimento das despesas, sendo vedada tal regalia aos candidatos à reeleição de Governador e Vice-Governador de Estados e do Distrito Federal e Prefeito e Vice-Prefeito.

• PENALIDADES

Caso seja violado o pressuposto acima, haverá a suspensão imediata da conduta, sujeição dos responsáveis à multa e cassação do registro do candidato ou do diploma do eleito que tenha sido beneficiado, nos termos do inciso I c/c §§ 4º e 5º do art. 73 da Lei nº 9.504/97.

É vedado, ainda, a utilização de materiais e serviços públicos no exercício do curso normal dos atos da administração pública que deve se limitar às cotas autorizadas pelo governo ou Casas Legislativas, internas dos órgãos a que pertencem. Visa à proibição dos excessos praticados por agentes públicos no uso de materiais e serviços (exemplos:



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

uso de transporte oficial para locomoção a evento eleitoral, uso da gráfica oficial para impressão de panfletos, calendários, cartões, etc.) em desacordo com as normas internas daqueles órgãos a que estão vinculados.

Para caracterizar a violação há necessidade de que o serviço seja custeado pelo erário, não pelo candidato (Respe. TSE nº 4.246, de 24/05/2005). Tal conduta é penalizada com as sanções impostas, nos termos do inciso II, art. 73 c/c o §§ 4º e 5º do art. 73, da Lei nº 9.504/07.

Igualmente vedado, aos agentes políticos municipais, fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público. Exemplo desta conduta:

"uso de programa habitacional do poder público, por agente público, em período eleitoral, com distribuição gratuita de lotes com claro intuito de beneficiar candidato que está apoiando"
(Respe. TSE nº 25.890, de 29/06/2006).

Esta conduta é penalizada com as sanções impostas, nos termos do inciso IV, art. 73 c/c o §§ 4º e 5º do mesmo artigo da Lei nº 9.504/97.

É vedado, por fim, a distribuição de bens, valores ou benefícios gratuitamente por parte da Administração Pública, no ano em que se realizarem as eleições, exceto nos casos de calamidade pública, no estado de emergência ou de programas sociais já autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

Para o programa social autorizado em lei já estar em execução orçamentária no exercício anterior ao ano da eleição, ele terá que ter sido aprovado no exercício anterior ao da sua execução, posto que é um ano antes que se aprova a dotação orçamentária para o exercício seguinte, obedecendo o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, ou seja, o projeto terá que ter sido aprovado dois anos antes do ano de eleição.

Tanto o estado de calamidade pública como o estado de emergência só se caracterizam se houver lei ou decreto declarando essas respectivas situações, que são excepcionais.

Esses programas sociais, nos anos eleitorais, não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantido (§11º, do art. 73 da Lei nº 9.504/97).

Esta conduta é penalizada com as sanções impostas, nos termos do §10º, art. 73 c/c o §§ 4º e 5º, do mesmo artigo, da Lei nº 9.504/07.

3. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

• REGRA GERAL

O art. 73, VI, "a", da Lei nº 9.504/97, indica que é vedado nos 03 (três) meses que antecedem o pleito:

- a) A realização de Transferências Voluntárias, ressalvados os repasses financeiros destinados a dar continuidade à obra ou serviço já iniciados e com cronograma



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

prefixado e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

O que a lei visa proibir, são os repasses extras de ajudas ou convênios para financiar projetos não previamente orçados e aprovados, para favorecimento político às vésperas dos pleitos.

- b) Autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral.

O objetivo é impedir que a publicidade institucional reflita como propaganda eleitoral dos partidos do governo, seus aliados e candidatos.

Essa conduta infringe, ainda, ao disposto no § 1º, do art. 37 da Constituição Federal, que determina: "*publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos*", que configura abuso de autoridade.

- **PENALIDADES**

Constatadas tais condutas, fica o responsável, se candidato, sujeito ao cancelamento do registro ou diploma (art. 74, da Lei nº 9.504/97), havendo, ainda, a suspensão imediata da conduta, sujeição dos responsáveis à multa e cassação do registro do candidato ou do diploma do eleito que tenha sido beneficiado (§§ 4º e 5º do art. 73, da Lei nº 9.504/07).

4. **DESPESAS COM SERVIÇOS DE PUBLICIDADE**

- **REGRA GERAL**

É vedado realizar, em ano de eleição, antes dos 03 (três) meses que antecedem o pleito, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos 03 (três) últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição.

Essa média é aritmética, ou seja, somam-se os meses e se divide o total pelo número de meses. Seja qual for a média que se quer apurar, essa operação deverá englobar todo o município, devendo abranger a administração direta e indireta.

- **PENALIDADES**

Esta conduta é penalizada com as sanções impostas no inciso VII, art. 73 c/c §§ 4º e 5º, do mesmo artigo, da Lei nº 9.504/97.

Destaque-se, ainda, que o art. 75, da Lei nº 9.504/97 veda, expressamente, a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos nos 03 (três) meses que antecedem o pleito. Esta conduta será penalizada com a suspensão imediata da conduta; candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma (Lei nº 12.034/2009).



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

5. CALENDÁRIO RESUMIDO PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016

Período de Vedação	Condutas Vedadas	Previsão Legal
A partir de 01/01/16	Ceder, permitir ou usar, em benefício de candidato, partido ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração direta ou indireta do Município, ressalvada a realização de convenção partidária. Essa vedação não se aplica ao uso, em campanha, pelos candidatos à reeleição, de Prefeito e Vice-Prefeito, de suas residências oficiais para realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter de ato público.	Art. 73, I Lei nº 9.504/97
A partir de 01/01/16	Permitir o uso de materiais e serviços públicos a bem de candidatos, partidos ou coligações.	Art. 73, II Lei nº 9.504/97
A partir de 01/01/16	Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta municipal do Poder Executivo, ou usar os seus serviços para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.	Art. 73, III, Lei nº 9.504/97
A partir de 01/01/16	Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.	Art. 73, IV, Lei nº 9.504/97
A partir de 02/07/2016 até a posse dos candidatos eleitos	Nomear, contratar, admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, <i>ex officio</i> , remover, transferir ou exonerar servidor público, ressalvados: a) A nomeação ou exoneração de cargos em comissão; b) A designação ou dispensa de funções de confiança; c) A nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 02 de julho de 2016; d) A nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Prefeito.	Art. 73, V, Lei nº 9.504/97
A partir de 02/07/2016	O Município não poderá receber recursos advindos de transferência voluntária do Estado e da União, exceto: a) Se houver obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento, com cronograma prefixado; b) Para atender situações de emergência e calamidade pública.	Art. 73, VI, "a", Lei nº 9.504/97
A partir de 02/07/2016	Em regra, a legislação proíbe a publicidade institucional no âmbito municipal no período indicado. Isto somente poderá ocorrer após o envio de petição à Justiça Eleitoral, para que ela reconheça grave e urgente necessidade pública, autorizando a sua veiculação.	Art. 73, VI, "b" Lei nº 9.504/97
A partir de 02/07/2016	Fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.	Art. 73, VI, "c", Lei nº 9.504/97

Assinaturas manuscritas:



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Período de Vedação	Condutas Vedadas	Previsão Legal
A partir de 01/01/2016	Realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.	Art. 73, VII Lei nº 9.504/97
A partir de 05/04/2016 até a posse dos eleitos	Fazer revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição.	Art. 73, VIII Lei nº 9.504/97
A partir de 01/01/2016	Fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados por lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.	Art. 73, §10º Lei nº 9.504/97
A partir de 01/01/2016	Os programas sociais referidos acima não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida.	Art. 73, §11º Lei nº 9.504/97
A partir de 02/07/2016	Contratar shows artísticos com recursos públicos na realização de inaugurações.	Art. 75, Lei nº 9.504/97
A partir de 02/07/2016	O Município não pode permitir que candidato participe, a partir de 02 de julho de 2016, de inaugurações de obras públicas.	Art. 77, Lei nº 9.504/97
Não sofre limitação temporal	Configura abuso de autoridade, conforme disciplina do art. 22 da Lei Complementar nº 64, a infringência ao disposto no §1º do art. 37 da Constituição da República, <i>in verbis</i> : "A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".	Art. 74, Lei nº 9.504/97
Não sofre limitação temporal	É proibida a veiculação de propaganda eleitoral nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos.	Art. 37, Lei nº 9.504/97

PRODUÇÃO LEGISLATIVA NA APROVAÇÃO DE ATOS LEGAIS RELACIONADOS AO PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS AOS AGENTES POLÍTICOS

Dentre as ações vinculadas ao último ano de mandato, é matéria recorrente, no âmbito do TCM-PA a necessidade de tramitação e aprovação, junto aos municípios, dos atos de fixação de subsídios para a legislatura/mandato seguinte.

Neste sentido, considerando todos os precedentes do TCM-PA, recomenda-se especial atenção, pela Câmara Municipal, na aprovação de resolução ou lei (art. 29, VI, da CF/88) que fixe os subsídios dos vereadores para a legislatura seguinte, bem como que, por meio de lei específica, sejam fixados os subsídios dos agentes políticos do Executivo Municipal, para o mandato seguinte.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Cabe destacar que sobre a matéria, existem incontáveis precedentes do TCM-PA, dos quais destacam-se, por sua relevância: a IN nº 004/2015-TCM, para além das Resoluções nº 11.857/2015 (201504184-00) e nº 11.857/2015 (201407792-00), com pertinência temática, cabendo aos Ordenadores buscar seu maior conhecimento e consideração, no momento da aprovação dos novos atos fixadores, para o mandato e legislatura seguinte.

Nos termos dos precedentes do TCM-PA e com base na normal legal abaixo indicada, cumpre-nos buscar a distinção de cada ato de fixação ou alteração de subsídios e sua correta formalização, de acordo com o objetivo insculpido, a qual traçando linhas mais didáticas, nos seguintes termos:

	OBJETO	ATO	COMPETÊNCIA	FUNDAMENTAÇÃO
ATOS DE FIXAÇÃO	Fixação dos subsídios de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Secretários Municipais	Lei Específica	Prerrogativa da Câmara Municipal	Art. 29, V, da CF/88
	Fixação dos subsídios dos Vereadores	Lei Específica ou Resolução	Prerrogativa da Câmara Municipal	Art. 29, VI, da CF/88
	Fixação da remuneração dos Servidores do Executivo Municipal	Lei Específica	Prerrogativa do Chefe Executivo Municipal	Art. 37, X, c/c Art. 61, §1º, II, "a", da CF/88
	Fixação da remuneração dos Servidores do Legislativo Municipal	Lei Específica	Prerrogativa da Câmara Municipal	Art. 37, X, c/c Art. 51, IV, da CF/88
ATOS DE REVISÃO	Revisão dos subsídios de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Secretários Municipais	Lei Específica	Prerrogativa da Câmara Municipal	Art. 37, X, da CF/88
	Revisão dos subsídios dos Vereadores	Lei Específica ou Resolução	Prerrogativa da Câmara Municipal	Art. 37, X, da CF/88
	Revisão da remuneração dos Servidores do Executivo Municipal	Lei Específica	Prerrogativa do Chefe Executivo Municipal	Art. 37, X, c/c Art. 61, §1º, II, "a", da CF/88
	Revisão da remuneração dos Servidores do Legislativo Municipal	Lei Específica	Prerrogativa da Câmara Municipal	Art. 37, X, c/c Art. 51, IV, da CF/88

A Instrução Normativa nº 004/2015-TCM, apresenta didático detalhamento quanto à tempestividade e forma que deverão ser observados pelos gestores públicos no âmbito municipal, das quais merecem destaque:

Art. 1º. A fixação dos subsídios de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Secretários Municipais deverá, obrigatoriamente, ser instituída através de lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, não incidindo sobre a mesma, a vedação de anterioridade, conforme art. 29, V, da CF/88;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Art. 2º. A fixação dos subsídios dos Vereadores poderá ser instituída através de lei específica, Resolução ou Decreto Legislativo, cabendo a iniciativa, em qualquer caso, à própria Câmara Municipal, vinculada à regra da anterioridade, ou seja, fixada de uma legislatura para a subsequente, nos termos do art. 29, VI, da CF/88.

Art. 3º. A fixação da remuneração dos servidores do Poder Executivo Municipal será instituída, obrigatoriamente, por lei específica, de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal, a qualquer tempo, nos termos do art. 37, X, c/c art. 61, §1º, II, "a", da CF/88.

Art. 4º. A fixação da remuneração dos servidores do Poder Legislativo Municipal será instituída, obrigatoriamente, por lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, a qualquer tempo, nos termos do art. 37, X, c/c art. 51, IV, da CF/88.

Art. 5º. A Revisão Geral Anual, tal como prevista no art. 37, X, da CF/88, corresponde à reposição das perdas inflacionárias, anualmente apuradas, concedida linearmente a todos os servidores públicos, por meio de lei específica, obrigatoriamente, mediante a qual, extensível aos agentes políticos.

§1º. No ato legal de concessão da Revisão Geral Anual, deverá ser consignado, obrigatoriamente, o índice de inflação oficial utilizado, bem como o período de apuração da inflação acumulada, sob pena de glosa da despesa e possibilidade de rejeição da prestação de contas;

§2º. Qualquer valor que exceda à recomposição das perdas inflacionárias apuradas importará em aumento real remuneratório, correspondendo a reajuste.

Art. 6º. A revisão dos subsídios de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Secretários Municipais, será procedida através lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, desde que precedida de revisão geral concedida aos servidores do Executivo, na mesma data, período de apuração e índice inflacionário aplicado.

Art. 7º. A revisão dos subsídios dos Vereadores poderá ser efetivada através de lei específica, Resolução ou Decreto Legislativo, de iniciativa da Câmara Municipal, desde que precedida de revisão geral concedida aos servidores do Legislativo, na mesma data, período de apuração e índice inflacionário aplicado.

Art. 8º. A revisão da remuneração dos servidores do Poder Executivo Municipal será procedida, obrigatoriamente, mediante lei específica, de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal, nos termos do art. 37, X c/c art. 61, §1º, II, "a", ambos da CF/88;

Art. 9º. A revisão da remuneração dos servidores do Poder Legislativo Municipal será procedida, obrigatoriamente, mediante lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, nos termos do art. 37, X c/c art. 51, IV, ambos da CF/88.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Art. 10. O Reajuste constitui aumento real, decorrente de reestruturação e/ou melhoria de determinadas carreiras no setor público ou, ainda, correspondente a ajuste no valor do vencimento-base do trabalhador, para reequilibrá-lo com o custo de vida.

Parágrafo Único. É vedada a concessão de reajuste aos agentes políticos, no curso da legislatura/mandato.

Art. 11. O reajuste da remuneração dos servidores do Poder Executivo Municipal será feita, obrigatoriamente, mediante lei específica, de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal, nos termos do art. 37, X, da CF/88.

Art. 12. O reajuste da remuneração dos servidores do Poder Legislativo Municipal será feita, obrigatoriamente, mediante lei específica, de iniciativa da Câmara Municipal, vedada a utilização de outros instrumentos normativos, nos termos do art. 37, X, c/c art. 51, IV, da CF/88;

Art. 13. Em todos os casos de fixação, revisão ou reajuste, previstos nesta Instrução Normativa, caberá à administração pública realizar o prévio levantamento de planejamento e impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 165, da CF/88 c/c art. 17, da LRF.

Art. 14. Para a fixação de subsídios aos agentes políticos, bem como para eventual concessão de revisão geral anual, deverão ser observados, em cada caso, os limites fixados pela Constituição Federal, sob pena de glosa da despesa realizada a maior.

Art. 15. Os atos de fixação, revisão e/ou reajustes, serão obrigatoriamente encaminhados para cadastramento neste TCM-PA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua aprovação, sob pena de multa, na forma regimental.

Art. 16. As despesas realizadas com o pagamento de subsídios de agentes políticos e de remuneração dos servidores públicos municipais, que não atenderem aos comandos normativos referenciados e ao que prevê esta Resolução, serão passíveis de glosa, com repercussão na prestação de contas do exercício, sob a responsabilidade do Ordenador vinculado.

Em resumo, pode-se assentar que:

- a) A revisão geral anual dos subsídios dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores) deverá ser, obrigatoriamente, antecedida da revisão geral anual dos servidores públicos municipais do executivo e legislativo, respectivamente.
- b) A revisão geral anual dos subsídios dos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores) deverá ser, obrigatoriamente, limitada a recomposição das perdas inflacionárias, vinculadas a índice oficial do governo (IGPM ou INPC, por exemplo), bem como não poderá ser superior àquela concedida aos servidores públicos municipais do executivo e legislativo, respectivamente.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

- c) Nos casos de concessão de aumento remuneratório aos servidores dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, que ultrapasse a recomposição de perdas inflacionárias, deverá ser realizado, preferencialmente, a indicação detalhada da parcela percentual que corresponde à revisão geral anual (vinculada à índice inflacionário oficial) e aquela correspondente a aumento/ganho real, esta última vedada a integralizar o percentual aplicável aos demais agentes políticos.
- d) O ato normativo que conceder a revisão geral anual dos subsídios dos agentes políticos, deverá indicar, obrigatoriamente, o índice aplicado e o período de apuração, bem como, preferencialmente, indicar o ato legal que concedeu revisão remuneratória aos servidores públicos municipais do executivo e legislativo, respectivamente.

Por fim, cabe a observância prévia, a quando da elaboração dos atos normativos de concessão da revisão geral anual dos subsídios dos agentes políticos, obrigatoriamente, dos limites máximos fixados pela Constituição Federal, para a remuneração de prefeitos, vereadores e demais agentes políticos municipais; a iniciativa na proposição legislativa do ato de fixação; a regularidade formal do ato de fixação e a tempestividade em sua aprovação e remessa ao TCM-PA, pontos estes utilizados no controle de legalidade, realizado pelo controle externo dos Tribunais de Contas.

ORIENTAÇÕES PARA CONDUÇÃO DA TRANSIÇÃO DE MANDATO

A transição de mandato é o processo em que o gestor atual deve propiciar condições efetivas ao novo gestor para implementar a nova administração.

Para que o gestor e sua equipe, a partir do resultado da eleição, demonstrem efetivamente ao novo gestor as informações imprescindíveis para que ele prepare a execução do seu projeto de governo, há que tratar a transição de mandato como um importante instrumento gerencial.

E considerando, a proximidade do encerramento dos mandatos dos atuais prefeitos e dos presidentes das Câmaras Municipais, e que também em 1º de janeiro do exercício seguinte ainda não terão sido elaborados os balancetes do mês de dezembro, nem a prestação de contas anuais do exercício encerrado, fato que pode dificultar a transição do cargo, para a realização de uma transmissão de mandato mais segura, no mínimo algumas providências deverão ser adotadas.

Assim, os seguintes procedimentos administrativos são recomendados aos gestores (Prefeitos, Presidentes de Câmara e demais Ordenadores) no último ano de mandato:

- a) Realizar atualização cadastral, de todos os Ordenadores de Despesas, junto ao TCM-PA, fazendo consignar endereço completo, telefones de contato e e-mail, em endereço diverso daqueles onde estão localizadas as unidades orçamentárias, de forma que não haja prejuízos aos mesmos, no momento de futuras citações, notificações e comunicações, em razão do processamento das prestações de contas, em andamento, nesta Corte de Contas, podendo, inclusive, habilitar procurador/advogado, em cada um dos autos em tramitação.

Assinaturas manuscritas em azul e vermelho.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

para acompanhamento junto ao Diário Oficial do Estado e/ou Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA.

- b) Realizar levantamento junto ao TCM-PA, em especial, perante as Controladorias onde tramitem processos de prestações de contas, com o objetivo de acompanhar o processamento das mesmas e já tomar conhecimento, quanto a eventuais omissões no regular encaminhamento dos processos sob fiscalização desta Corte.
- c) Estabelecer data limite para emissão de empenho, para realização de despesas e, conseqüentemente, a não emissão de cheques e pagamentos, salvo nos casos estritamente necessários.
- d) Observar, obrigatoriamente, o limite máximo fixado no art. 1º, da Instrução Normativa n.º 02/2011-TCM/PA, no importe de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), do valor contido na "**CONTA CAIXA**", ao final de cada exercício financeiro e, em especial, no último ano de mandato e/ou legislatura.
- e) Elaboração do Termo de verificação de saldo em caixa, conforme IN TCM-PA nº 02/2011, a ser lavrado ao final do expediente do último dia útil do mês de dezembro, assinado pelas autoridades competentes.
- f) Elaboração do Boletim de Caixa e Bancos, relativo ao último dia útil do mês de dezembro, com o saldo que será transferido para o exercício seguinte, devendo ser assinado pelas autoridades competentes, ou seja, deverá ser assinado e conferido, conjuntamente, pela autoridade responsável que está encerrando o mandato (Ex-Prefeito ou Ex-Presidente de Câmara) e por seu sucessor (Prefeito Eleito ou Presidente da Câmara Eleito).
- g) Elaboração do Demonstrativo das Disponibilidades, relativo ao último dia útil do mês de dezembro, consignando os valores de Caixa, Bancos Conta Movimento e Bancos Conta Vinculada.
- h) Apresentação dos extratos bancários de todas as contas correntes (movimento e vinculadas), acompanhados das respectivas conciliações dos saldos bancários em confronto com os saldos contábeis, se for o caso.
- i) Apurar a relação das dívidas do município, sejam as de curto prazo e as de longo prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria e Dívida Fundada Interna), nome do credor, natureza, data do vencimento e respectivos valores.
- j) Elaborar a relação de Restos a Pagar não Processados que não tenha suficiente disponibilidade de caixa para proceder com o seu cancelamento.
- k) Apurar os créditos de responsabilidade de servidores e empregados por adiantamento não comprovado.
- l) Apurar a relação dos créditos do município constando a natureza do crédito, nome do devedor, data do vencimento e respectivo valor.
- m) Elaborar a relação de contribuintes individuais contratados no período, com o número de inscrição do INSS para que se efetue o recolhimento da contribuição e do pagamento da cota patronal.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

- n) Elaborar a relação de restituição de valores referentes a vencimentos, adiantamentos, diárias e outros valores.
- o) Elaborar a relação dos Convênios, contendo o órgão concessor, o objeto e os valores individualizados do quanto foi recebido pela Prefeitura Municipal, bem como do cronograma do objeto já executado ou não de prestação de contas. Quando se tratar de recursos federais é recomendável o acompanhamento do CAUC;
- p) Elaborar a relação dos Contratos e Termos Aditivos, dentro dos prazos de vigência respectivos, constando o nome do contratado, o objeto, o valor, a forma de pagamento e prazo de vigência inicial e final.
- q) Apurar os Bens Patrimoniais, móveis e imóveis, discriminando para os móveis: descrição do bem, número do registro patrimonial, quantidade, localização e valores unitário e total; para os imóveis: discriminando a descrição do bem, o documento de propriedade, a localização e o valor;
- r) Apurar a relação dos materiais no Almoxarifado, quando houver, com as seguintes informações: descrição dos materiais, unidades respectivas, quantidade em estoque e valores unitário e total;
- s) Observar se o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual foram encaminhados ao TCM-PA;
- t) Observar se os Relatórios da LRF e a Prestação de Contas do exercício serão ou foram entregues ao TCM-PA e atentar para a situação das prestações de contas anteriores com a solicitação da certidão junto ao Órgão;
- u) Informação sobre os Concursos Públicos vigentes;
- v) Levantar a situação de adimplência junto aos órgãos de Controle Externo (ex. TCM-PA, TCE-PA, TCEU e CGU);
- w) Relação dos servidores efetivos, comissionados e dos contratados temporariamente;
- x) Relação dos Precatórios.

Recomenda-se que após a conclusão do processo eleitoral, apontando-se o novo prefeito pela Justiça Eleitoral, o gestor atual institua a *Comissão de Transmissão de Governo*, composta, preferencialmente, pelo Secretário de Finanças, Secretário de Administração, o responsável pelo Sistema de Controle Interno ou pelo setor contábil e três pessoas indicadas pelo Prefeito eleito.

Mesma providência deverá ser adotada pela Câmara Municipal, onde a Comissão será composta, preferencialmente, por servidores efetivos indicados pelo Presidente do Legislativo, em um número máximo de três pessoas, entre elas o responsável pelo setor contábil.

Tais comissões deverão elaborar relatório conclusivo sobre as informações constantes dos documentos, acima indicados, apresentando-o ao anterior e ao gestor eleito (no caso do Executivo Municipal), com encaminhamento ao TCM-PA, juntamente com as contas anuais referentes ao último ano de mandato anterior.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Por fim, recomenda-se aos novos gestores eleitos, em caso de não ocorrer a transição de governo, nos termos assinalados, que procedam com os levantamentos necessários (patrimonial, pessoal, financeiro, etc), tomando por base as recomendações contidas neste Manual, realizado através de comissão específica, a qual deverá consolidar os dados apurados e as comprovações materiais, por meio documental, comunicando acerca das eventuais irregularidades apuradas, as autoridades públicas com competência fiscalizatória, dentre as quais, prioritariamente, o TCM-PA e o Ministério Público Estadual, para adoção das medidas de alçada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos informados na presente Orientação Técnica possuem o escopo maior de garantir um preliminar conhecimento acerca dos principais temas vinculados ao último ano de governo/mandato, competindo aos Ordenadores de Despesas, sob a jurisdição do TCM-PA, aprofundar a matéria e adotar os procedimentos, sob respectivas competências, com o apoio do Controle Interno, Procuradorias Jurídicas e Setor de Contabilidade, nos municípios.

O TCM-PA, por meio de seu corpo técnico, permanecerá a disposição de todos os agentes públicos envolvidos, para prestar todos os esclarecimentos que entenderem pertinentes e, desta forma, garantir a persecução de todos os princípios constitucionais, legais e normativos, com pertinência, dos quais se reverbera como o principal a efetiva transparência das contas públicas e moralidade na gestão recursos públicos.